

O jornalismo econômico

Gustavo H. B. Franco

A partir de meados dos anos 1980 o Brasil viveu uma hiperinflação, uma das mais graves e monumentais patologias econômicas que se conhecem, uma insensatez comparável, em virulência e em vítimas inocentes, a uma epidemia ou a uma guerra civil. Mas, independentemente das responsabilidades, jamais apuradas em CPI, pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, deve ser óbvio que a híper foi, como não poderia deixar de ser, a maior de todas as notícias neste país durante os oito anos (1986-1994) em que vigorou. Nada teria tamanha importância ou afetaria tanto a cada um de nós em todos os planos da existência, do aluguel ao supermercado, passando pelo domínio da ética na política. Se um país inteiro se vê entregue a essa forma terminal de "alcoolismo monetário", o jornalismo econômico não poderia mesmo tratar de outra coisa.

Assim sendo, a cobertura desse monstruoso fenômeno transbordou para o noticiário geral, roubando a cena dos crimes hediondos, das celebridades, dos grandes rituais e movimentos da política. Todo dia, em poucas horas, a voragem da inflação poderia destruir fortunas, poupanças de uma vida inteira, sem falar na enorme ferida simbólica representada pelo cotidiano aviltamento da moeda, um símbolo nacional como a bandeira e o hino.

A híper passou, então, a dominar o noticiário, como se fosse um crime cotidiano, inesgotável em seus detalhes, superlativo em seu desenrolar. Eram dezenas de índices, quase todos publicados semanalmente, cada qual ocupando nunca menos de meia página, com seus heróis e vilões, o chuchu, a batata-inglesa, o corte de cabelo ou o lingote de aço. O léxico da mídia pareceu se ajustar ao que se passava de forma natural, prestando o serviço de tornar inteligível um fenômeno de outra maneira impossível de apreender. Toda grandeza econômica com sinal negativo, como as contas do governo, passava a ser um "rombo" ou "buraco", diante do qual nada era capaz de simplesmente subir, mas sempre "disparar", "estourar" ou "explodir", como ocorria com a base monetária todo santo mês. Em contrapartida, nada simplesmente sofria uma queda, mas "despencava" ou "desabava". É verdade que essa terminologia vinha caindo em desuso, mas, depois das crises da Ásia e da

Rússia e do regime de flutuação cambial, o velho dicionário foi redescoberto, esperemos que apenas temporariamente.

A esta altura, a vida econômica já deveria estar livre de sustos, as políticas públicas não mereceriam a designação de "pacotes" e também deveríamos estar livres de iniciativas descritas como "tunga" ou "confisco". Ou, pelo menos, assim esperamos.

O otimismo, por sua vez, apenas cabia dentro de vocábulos como "enxurrada" ou "farra", pois nunca podia ser pequeno, mas sempre era fugaz, tendo em vista, em bom economês, sua inevitável insustentabilidade. A híper tornou a melancolia e o ressentimento embocaduras naturais para a imprensa, e nesse contexto era evidente o desassombro nas "crises", "corridas" ou "pânicos". A beira do precipício era a regra. As coisas complexas da economia, com espantosa facilidade, eram pejorativamente tratadas como "negociatas", como se nada que não fosse simples pudesse ser honesto e sempre estivéssemos a um passo do "escândalo". Mesmo estatísticas inocentes, quando envolviam alguma explicação ou revisão, entravam no terreno do "expurgo" ou da "maquiagem". A linguagem era cruel e presunçosa, mas não há como negar que a própria híper era um insulto e merecia esse palavreado.

O problema era que, com esse vocabulário superlativo e reducionista, ficava difícil explicar o Brasil pós-1994. Sete anos e meio depois do fim da híper, parece evidente que o jornalismo econômico se transformou, como seu próprio objeto. A cobertura ficou mais técnica e analítica, mas jornalistas não devem virar economistas. Basta que ouçam, de preferência, os dois lados, quando forem apenas dois, uma vez que, como aprendi recentemente com um experiente jornalista, a verdade dos fatos nada mais é que um equilíbrio entre versões.